

cedidos ou a conceder entre 01.01.2005 e 31.12.2011 e entre 01.01.2012 e 31.12.2014, respetivamente, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respetivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património ou de contribuições relativas à Segurança Social, ou, tendo-a, a mesma tenha sido objeto de reclamação, impugnação ou oposição, com a prestação de garantia idónea, quando exigível, e sem prejuízo do disposto no artigo 92.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

6 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Paulo de Faria Lince Nuncio*. — A Secretária de Estado da Ciência, *Maria Leonor de Sá Barreiros da Silva Parreira*.

206592204

Despacho n.º 16002/2012

Nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 7.º e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 8.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Mecenato Científico, aprovado pela Lei n.º 26/2004, de 8 de julho, atualmente n.ºs 3, 8 e 10 do artigo 62.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais aditado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, reconhece-se que a atividade desenvolvida pela IBMC — Instituto de Biologia Molecular e Celular, NIPC 503 828 360, é de natureza científica, pelo que os donativos concedidos entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respetivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património ou de contribuições relativas à Segurança Social, ou, tendo-a, a mesma tenha sido objeto de reclamação, impugnação ou oposição, com a prestação de garantia idónea, quando exigível, e sem prejuízo do disposto no artigo 92.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

6 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Paulo de Faria Lince Nuncio*. — A Secretária de Estado da Ciência, *Maria Leonor de Sá Barreiros da Silva Parreira*.

206592156

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa****Despacho (extrato) n.º 16003/2012**

Em cumprimento com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro torna-se público para os devidos efeitos que por acordo entre o Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, o Presidente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa e a Assistente Técnica Susana Maria Piteira Palhas Pires se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade interna da referida Assistente Técnica no mapa de pessoal da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, com efeitos a 23 de novembro de 2012.

23 de novembro de 2012. — O Subdiretor-Geral, *Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira*, major-general.

206588633

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar**Despacho n.º 16004/2012**

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias (para trabalhadores integrados na carreira de técnico superior), conforme o disposto no artigo 76.º do RCTFP, conjugado com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, com o seguinte trabalhador:

João Manuel da Silva Nogueira, para a carreira de técnico superior (área de informática), 2.ª posição remuneratória, nível 15, correspondente a 1 201,48€, com efeitos a 15 de novembro de 2012.

Foi constituído o seguinte júri para o período experimental do trabalhador supracitado:

Presidente: Isabel Maria Vargas de Sousa Miguel Elias da Costa — Diretora de Serviço de Recursos Humanos da Defesa Nacional.

Primeiro Vogal: Maria Cândido Camacho Pereira Rito de Almeida Morgado — Chefe de Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos.

Segundo Vogal: António Valdemar Ideias Cardoso — Chefe de Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade.

15 de novembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

206589573

Despacho n.º 16005/2012

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias (para trabalhadores integrados na carreira de técnico superior), conforme o disposto no artigo 76.º do RCTFP, conjugado com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, com o seguinte trabalhador:

Celso Augusto Alves da Rocha, para a carreira de técnico superior (área de sociologia), 2.ª posição remuneratória, nível 15, correspondente a 1 201,48€, com efeitos a 15 de novembro de 2012.

Foi constituído o seguinte júri para o período experimental do trabalhador supracitado:

Presidente: Anabela Costa Varela — Chefe de Divisão de Recrutamento e Deveres Militares

Primeiro Vogal: Cátia Andreia Camelo Cruz Moura — Técnica Superior

Segundo Vogal: Ana Carolina da Costa Matos — Técnica Superior

15 de novembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

206589646

Despacho n.º 16006/2012

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 120 dias, conforme o disposto no artigo 76.º do RCTFP, conjugado com a cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, com o seguinte trabalhador:

Hugo Miguel Figueiredo Valentim, para a carreira de técnico de informática grau 1 nível 1, com o índice remuneratório de 332, da carreira de Técnico de Informática, constante do mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, correspondente a 1 139,69 €, com efeitos a 15 de novembro de 2012.

Foi constituído o seguinte júri para o período experimental do trabalhador supracitado:

Presidente: António João Costa Santos Coelho — Chefe de Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos.

Primeiro Vogal: Rute Alexandra Antunes Pereira de Oliveira Camilo — Técnico Superior na área de recursos Humanos

Segundo Vogal: António Grancho Lourenço — Técnico de Informática grau 2 nível 1

15 de novembro de 2012. — O Diretor-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

206589451

MARINHA**Superintendência dos Serviços do Pessoal****Despacho n.º 16007/2012**

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada promover por diuturnidade, ao posto de segundo-marinheiro em regime de contrato da classe de taifa, subclasse cozinheiro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 305.º, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 236/99, de 25 de junho, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção previstas no artigo 299.º do referido Estatuto e em conformidade com o Despacho n.º 9878-B/2012, de 20 de julho, do Ministro de Estado e das Finanças